

Ética

Prof. Ricardo Monteiro

@ricardoandremonteiro

DAS RELAÇÕES COM O CLIENTE

Dever de informação

O advogado deve informar o cliente, de modo claro e inequívoco:

- **riscos** da sua pretensão
- **consequências** que poderão advir da demanda
- **circunstâncias que possam influir** na decisão do cliente em confiar-lhe a causa

Relação baseada na **CONFIANÇA RECÍPROCA**

- Sentindo o advogado que essa confiança lhe falta?

1- externa ao cliente sua impressão (tenta resolver)

2 - não se dissipando as dúvidas existentes: substabelece ou renuncia

Condução da causa

- ❑ Condução da causa com **orientação que lhe pareça mais adequada,**
- ❑ Esclarecimentos ao cliente quanto à estratégia traçada.
- ❑ **Não se subordinar a intenções contrárias do cliente;**

Do contrato de mandato

CC_Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Art. 682. Cessa o mandato:

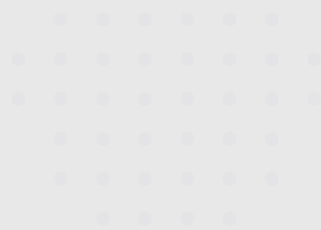
I - pela revogação ou pela renúncia;

II - pela morte ou interdição de uma das partes;

III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer;

IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio

Art. 692. O mandato judicial fica subordinado às normas que lhe dizem respeito, constantes da legislação processual, e, supletivamente, às estabelecidas neste Código.

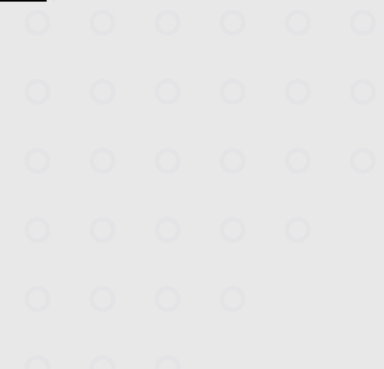
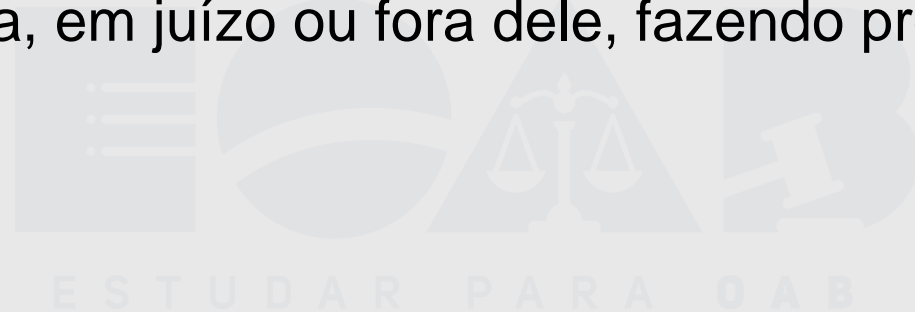


- Estatuto da OAB

Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

- CED

- Concluída a causa ou arquivado o processo, presume-se cumprido e extinto o mandato.
- O mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento.

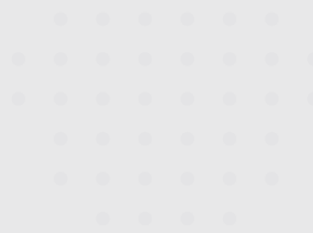


2018 - XXVI Exame de Ordem Unificado

O advogado José Maria celebrou contrato de mandato, há muitos anos, com o cliente Antônio para defendê-lo extrajudicialmente em certa questão. O instrumento não previu, de forma expressa, o prazo de duração do mandato.

Considerando a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ausente previsão de prazo no instrumento, o contrato de mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 15 anos, salvo renovação expressa.
- (B) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo.
- (C) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é anulável e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo, mas a anulabilidade pode ser pronunciada por decisão judicial, mediante alegação dos interessados.
- (D) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 20 anos, salvo renovação expressa.



- A conclusão ou desistência da causa, tenha havido, ou não, extinção do mandato:
 - Obriga a **devolver ao cliente bens, valores e documentos** que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder,
 - bem como a **prestar-lhe contas, pormenorizadamente**, sem prejuízo de **esclarecimentos complementares** que se mostrem pertinentes e necessários.
- Obs: A parcela dos honorários paga pelos **serviços** até então **prestados** **não se inclui** entre os valores a ser devolvidos.



2019 - XXIX Exame de Ordem Unificado

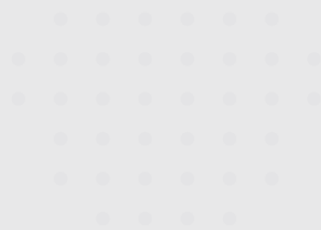
Milton, advogado, exerceu fielmente os deveres decorrentes de mandato outorgado para defesa do cliente Tomás, em juízo. Todavia, Tomás deixou, injustificadamente, de efetuar o pagamento dos valores acordados a título de honorários.

Em 08/04/19, após negar-se ao pagamento devido, Tomás solicitou a Milton que agendasse uma reunião para que este esclarecesse, de forma pormenorizada, questões que entendia pertinentes e necessárias sobre o processo. Contudo, Milton informou que não prestaria nenhum tipo de informação judicial sem pagamento, a fim de evitar o aviltamento da atuação profissional.

Em 10/05/19, Tomás solicitou que Milton lhe devolvesse alguns bens móveis que haviam sido confiados ao advogado durante o processo, relativos ao objeto da demanda. Milton também se recusou, pois pretendia alienar os bens para compensar os honorários devidos.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta

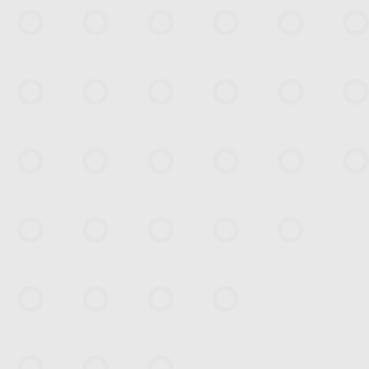
- (A)** Apenas a conduta de Milton praticada em 08/04/19 configura infração ética.
- (B)** Ambas as condutas de Milton, praticadas em 08/04/19 e em 10/05/19, configuram infrações éticas.
- (C)** Nenhuma das condutas de Milton, praticadas em 08/04/19 e em 10/05/19, configura infração ética.
- (D)** Apenas a conduta de Milton praticada em 10/05/19 configura infração ética.



❑ O advogado **não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído**, sem prévio conhecimento deste;

➤ Salvo...

1. por motivo plenamente justificável
2. ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.



2019 - XXVIII Exame de Ordem Unificado

Maria Lúcia é parte em um processo judicial que tramita em determinada Vara da Infância e Juventude, sendo defendida, nos autos, pelo advogado Jeremias, integrante da Sociedade de Advogados Y.


No curso da lide, ela recebe a informação de que a criança, cujos interesses são debatidos no feito, encontra-se em proeminente situação de risco, por fato que ocorrera há poucas horas. Ocorre que o advogado Jeremias não se encontra na cidade naquela data. Por isso, Maria Lúcia procura o advogado Paulo, o qual, após analisar a situação, conclui ser necessário postular, imediatamente, medida de busca e apreensão do infante.

Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- (A)** Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, independentemente de prévio conhecimento de Jeremias ou da Sociedade de Advogados Y.
- (B)** Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, apenas após o prévio conhecimento de Jeremias, não sendo suficiente informar à Sociedade de Advogados Y, sob pena de cometimento de infração ética.
- (C)** Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, apenas após o prévio conhecimento de Jeremias ou da Sociedade de Advogados Y, sob pena de cometimento de infração ética.
- (D)** Paulo não poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, mesmo que seja promovido o prévio conhecimento de Jeremias e da Sociedade de Advogados Y, sem antes ocorrer a renúncia ou revogação do mandato, sob pena de cometimento de infração ética.

- O advogado não deve deixar ao **abandono** ou ao **desamparo** as causas sob seu patrocínio.
- ❖ Mas o que fazer em caso de **inércia do cliente** quanto a providências que lhe tenham sido solicitadas ou outras **dificuldades insuperáveis**?

- Código de ética recomenda a **RENÚNCIA AO MANDATO**

- 
- ✓ Sem menção ao motivo
 - ✓ Cessa responsabilidade pela causa após 10 dias da notificação ao cliente – salvo se substituído antes do fim do prazo
 - ✓ não exclui responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

***O advogado NÃO será responsabilizado por omissão do cliente!**

2018 - XXV Exame de Ordem Unificado

O advogado Ícaro dos Santos, regularmente constituído para a defesa judicial de certo cliente, necessitou, para o correto exercício do mandato, que o cliente lhe apresentasse alguns documentos. Após Ícaro solicitar-lhe os documentos diversas vezes, realizando inúmeras tentativas de contato, o cliente manteve-se inerte por prazo superior a três meses.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que se presume extinto automaticamente o mandato.
- (B) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Ainda de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita com menção do motivo que a determinou.
- (C) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendado ao advogado peticionar nos autos, solicitando a intimação pessoal do cliente para apresentação dos documentos. Apenas após o ato, se mantida a inércia, presume-se extinto o mandato.
- (D) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Ainda de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou.

Conflitos de interesses (superveniente)

- 1- Tentativa de harmonizá-los,
- 2- Se não conseguir: **optar, com prudência e discrição, por um dos mandatos**
- 3 - Renuncia aos demais
- 4- Resguardado sempre o sigilo profissional

CED_Art. 19. Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, **OU** reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca,

não podem representar clientes com interesses opostos - em juízo ou fora dele

2017 - XXIII Exame de Ordem Unificado

O advogado Ramiro foi procurado por Hugo, inventariante, para atuar no processo de inventário do genitor deste. Em momento posterior, os irmãos de Hugo, José e Luiz, outros herdeiros do *de cujus*, conferiram procuração a Ramiro, a fim de ele também representá-los na demanda. Todavia, no curso do feito, os irmãos, até então concordantes, passam a divergir sobre os termos da partilha. Ramiro, então, marca reuniões, em busca de harmonização dos interesses dos três, porém não obtém sucesso.

Diante do caso narrado, por determinação do Código de Ética e Disciplina da OAB, Ramiro deverá

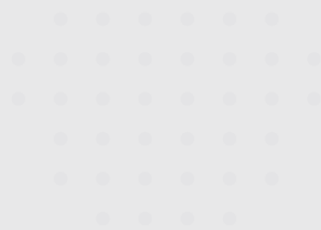
- (A) renunciar aos três mandatos, afastando-se do feito.
- (B) manter-se no patrocínio dos três irmãos, desde que informe o conflito nos autos e atue de forma imparcial, observando-se a disciplina legal.
- (C) escolher, de acordo com seus critérios de prudência, apenas um dos mandatos, renunciando aos demais.
- (D) manter-se no patrocínio daquele que primeiro lhe conferiu o mandato, isto é, o inventariante, renunciando aos demais.

Substabelecimento

COM RESERVA	SEM RESERVA
Compartilhamento de poderes	Transferência total de poderes
O substabelecete continua na causa junto com o substabelecido	O Substabelecete sai da causa. O substabelecido a assume.
É ato pessoal do advogado	Exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente
O substabelecido deve ajustar antecipadamente seus honorários, pois não poderá cobrá-los diretamente sem a intervenção do substabelecete.	Substabelecido poderá cobrar os honorários do cliente sem a intervenção do substabelecido

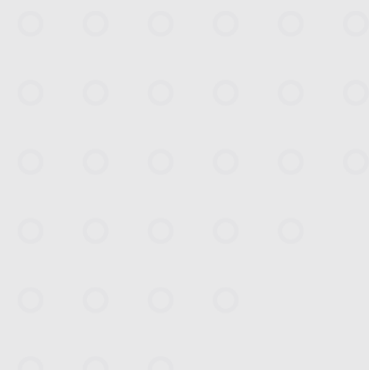
Substabelecete – é o advogado que transfere os poderes

Substabelecido – é o advogado que recebe os poderes



- O advogado não se sujeita à **imposição** do cliente que pretenda ver com ele atuando **outros advogados**
- É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como **patrono e preposto** do empregador ou cliente.

ESTUDAR PARA OAB



Art. 21. O advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador, judicial e extrajudicialmente, **deve resguardar o sigilo profissional.**

Art. 22. Ao advogado cumpre

- **abster-se de patrocinar causa contrária à validade ou legitimidade de ato jurídico em cuja formação haja colaborado ou intervindo** de qualquer maneira;
- da mesma forma, deve declinar seu impedimento ou o da sociedade que integre quando houver **conflito de interesses motivado por intervenção anterior** no trato de assunto que se prenda ao patrocínio solicitado.

Causas criminais

Art. 23. É **direito e dever** do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

Parágrafo único. **Não há causa criminal indigna de defesa**, cumprindo ao advogado agir, como defensor, no sentido de que a todos seja concedido tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana, sob a égide das garantias constitucionais.

2020 - XXXI Exame de Ordem Unificado

Um escritório de renome internacional considera expandir suas operações, iniciando atividades no Brasil. Preocupados em adaptar seus procedimentos internos para que reflitam os códigos brasileiros de ética profissional, seus dirigentes estrangeiros desejam entender melhor as normas a respeito da relação entre clientes e advogados no país.

Sobre esse tema, é correto afirmar que os advogados brasileiros

(A) podem, para a adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis, aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste.

(B) deverão considerar sua própria opinião a respeito da culpa do acusado ao assumir defesa criminal.

(C) podem funcionar, no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto de seu cliente, desde que tenham conhecimento direto dos fatos.

(D) podem representar, em juízo, clientes com interesses opostos se não integrarem a mesma sociedade profissional, mas estiverem reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca.

2021 - XXXIII Exame de Ordem Unificado

Gabriel, advogado, exerce o patrocínio de Bruno em certo processo administrativo. Todavia, foi necessário o substabelecimento do mandato a Henrique. Considerando a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O substabelecimento do mandato com reserva de poderes a Henrique exigirá inequívoco conhecimento de Bruno.
- (B) Diante de substabelecimento com reserva de poderes, Henrique deverá ajustar antecipadamente os seus honorários com Bruno.
- (C) Caso Bruno não aceite a atuação de Henrique, por preferir o trabalho de outro advogado, Gabriel deverá privilegiar a atuação do outro profissional com ele no processo.
- (D) Diante de substabelecimento com reserva de poderes a Henrique, este não poderá cobrar honorários sem a intervenção de Gabriel.

Dever de casa

- Leia os artigos 9º ao 26 do código de ética da OAB

